



**Diário da Sessão n.º 011 de 15/02/01**

**Presidente:** Parecendo não haver mais declarações de voto, vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos - **Projectos de Decreto Legislativo Regional do PSD e do PP – Revisão do montante de pensão.** Como fizemos relativamente ao ponto anterior vou dar a palavra a um dos subscritores do Projecto do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Discutimos hoje na Assembleia Legislativa Regional, entre outros, o Projecto de Decreto Legislativo Regional do PSD que promove a primeira alteração ao diploma que criou o complemento mensal de pensão para os pensionistas e reformados com residência permanente na Região Autónoma dos Açores.

Fazem os proponente, também hoje, uma segunda apresentação dos mesmos em jeito de preparação e entrada para o seu debate.

Não nos admiramos pois da insistência e da repetição dos bons argumentos que justificaram e justificam a iniciativa legislativa do PSD e, para não ser egoísta e parcial, também a do Partido Popular.

Para o Partido Social Democrata a justiça social é uma prioridade na política, de promessa e de acção solidária sobretudo para com os mais desprotegidos.

Aliás, para nós é um imperativo político concretizar uma estratégia de melhoria sensível das pensões e das reformas, por forma a que os mais necessitados saiam o mais depressa possível da sua situação de miséria e alcancem uma vida com dignidade.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Assentes neste imperativo, o PSD e os restantes partidos da oposição deram no último ano da anterior legislatura um importante e só primeiro passo nesse sentido.

Os pensionistas, os reformados e os idosos sofrem com a reduzida mensalidade que recebem para fazer face a todas as suas necessidades, que são muitas e em particular em matéria de especiais cuidados de saúde.

Para nós onde há sofrimento há uma obrigação.

Os nossos pensionistas na Região Autónoma dos Açores não são estranhos, nem estão distantes, são, desde logo, nossos cidadãos. Não são um problema a evitar, são uma prioridade.

Os pensionistas açorianos sem esperança diminuem o valor da acção e da utilidade dos seus governantes. Nós, os que não conhecemos a dor da pobreza e da solidão e o desespero da falta de esperança, devemos escutar aqueles que a sentem e tudo devemos fazer para lhes dar esperança.

Nós não lhes vamos virar a cara. O PSD seguramente não vira mesmo que o peso da maioria absoluta queira calar depressa esse assunto.

O PSD propõe aumentar 2 mil escudos ao complemento de pensão actualmente em vigor, passando o complemento de pensão a ser de 8 mil escudos.

Para o efeito propomos a primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional nº. 2/2000, de 12 de Janeiro, aproximando-se assim o complemento de pensão do valor que vigorou o ano passado para o subsídio da insularidade pago aos funcionários públicos.

Propomos que o aumento agora proposto produza os seus efeitos desde 1 de Janeiro de 2001.

Para a estimativa de termos nos Açores 50 mil pensionistas, abrangidos pelo complemento de pensão, pago em 14 mensalidades, o aumento que



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

propomos impõe um esforço orçamental na ordem de 1 milhão e 800 mil contos, isto é, um esforço que fica provavelmente aquém de 1% do valor total do orçamento para o ano de 2001.

Para uma medida de tão elevado alcance social e de tão meritória satisfação de uma política de rigor orçamental, não temos dúvidas de que a nossa proposta é justa e exequível de imediato no contexto do orçamento regional de 2001.

Embora com a razão, lamentamos que a democracia musculada da maioria absoluta do PS venha inviabilizar a oportunidade de fazermos hoje e todos, por esta via, justiça social.

Pela nossa parte haverá sempre alguém que não perderá a razão, mesmo que a força duma maioria absoluta o queria calar, já como diria Galileu e, no entanto, ela move-se.

Tenho dito.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

*(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma intervenção.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por decisão conjunta de toda a Oposição, os pensionistas e reformados dos Açores passaram a receber, o ano passado, como compensação pelos custos da Insularidade, um complemento mensal de 6 contos para as pensões e reformas com valores inferiores ao salário mínimo, sendo reduzido



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

percentualmente este montante à medida que aumentam as pensões, até ao limite em que estas são tributadas em 1 IRS.

Se a Autonomia, ao longo dos seus 25 anos de existência, teve uma medida socialmente justa foi sem sombra de dúvida o Complemento de Pensão e Reforma, que praticamente atingiu todos os lares açorianos e permitiu, na óptica do combate aos custos da insularidade, atenuar o sofrimento dos nossos idosos, o segmento mais desfavorecido da sociedade açoriana.

Para dar continuidade a esta medida de extraordinário alcance social a Assembleia Legislativa Regional tem agora em apreciação uma Proposta apresentada pelo Partido Popular que visa aumentar o referido Complemento de Pensão e Reforma para o valor base de 7.500\$00, com retroactivos a 1 de Janeiro do corrente ano.

Trata-se de um aumento de 1.500\$00 mensais, que corresponde a um crescimento de 25% em relação ao actual valor do Complemento, o que apesar da sua insignificância em termos absolutos constitui no mínimo uma justa compensação àqueles que já deram uma vida de trabalho à sociedade e ainda auferem pensões de miséria.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Para o Partido Popular este esforço orçamental é perfeitamente compensador e constitui o mínimo que se pode fazer para, no âmbito do combate aos Custos da Insularidade, prosseguir uma política de valorização dos rendimentos dos mais pobres e dos mais fracos, até que, pelo menos, todas as reformas e pensões se aproximem do salário mínimo.

O impacto Orçamental desta medida é insignificante, dado que constitui apenas 1/4 do que foi gasto com o Complemento o ano passado, que foi suportado sem grande esforço por parte da Administração Regional.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Só por expressa má vontade do Governo Regional e do Partido Socialista é que uma medida deste tipo não será viabilizada.

Pela parte do Partido Popular houve a preocupação de pautar a sua Proposta por princípios de inquestionável justiça e de bom senso, numa atitude coerente e construtiva, já que aponta realisticamente para um aumento modesto perfeitamente comportável pelo Orçamento Regional.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Temos consciência de que o CDS/PP nesta Legislatura já não tem o carácter decisivo que teve para a formação da vontade da Assembleia. Se o tivesse, posso assegurar-vos, a nossa proposta para o aumento do Complemento de Pensão e Reforma seria seguramente mais favorável.

Optamos por esta moderação na convicção de que a nobreza do objectivo final justificava um esforço acentuado para a busca do consenso desejável, dando a possibilidade ao Partido Socialista de viabilizar uma medida tão elementar quanto justa.

Para o Partido Popular nos Açores, a política de valorização do Complemento das Pensões e Reformas deveria ser a primeira prioridade da despesa pública da Região.

Na área social nada será mais justo do que atenuar o sofrimento daqueles que após uma vida de trabalho, enfrentam a velhice e a doença com rendimentos de miséria.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

No debate eleitoral que tivemos com a participação do líder do PS e Presidente do Governo Regional, lembramos aos Açorianos que a existência do Complemento de Pensão se devia ao facto dos Socialistas não terem tido maioria absoluta no Parlamento, dado que aquela medida tinha sido aprovada contra a vontade do PS e do Governo Regional.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Na altura fomos veementemente contrariados pelo líder do PS, que tentou demonstrar o contrário e pelos vistos, com êxito dado que muitos açorianos parece terem acreditado nos Socialistas.

Por isso, agora, para bem de todos os idosos cujo montante das Pensões e Reformas não lhes permitem sequer pagar impostos, nós queremos dar a possibilidade dos Socialistas demonstrarem a verdade da sua apregoada política de Solidariedade Social.

Não é admissível que o Partido Socialista continue a ser insensível aos legítimos anseios do sector mais modesto da nossa população, recusando-se a subscrever nos Açores qualquer actualização do Complemento de Pensão e Reforma.

Não é aceitável que a administração socialista, lavando as mãos como Pilatos, sistematicamente, remeta a melhoria dos rendimentos dos pensionistas e reformados dos Açores para as magras e vergonhosas actualizações feitas a nível nacional.

Não basta a política de fachada e folclore que caracteriza a acção do Governo Regional do PS em relação à terceira idade. Sem dinheiro para medicamentos e com a barriga vazia a maioria dos idosos dos Açores, sobretudo os mais responsáveis, dispensam bem as visitas às "boites" e as passeatas para consumo eleitoral.

A Autonomia pode e deve intervir neste domínio, no âmbito dos custos da insularidade, com políticas sérias e socialmente justas.

**Deputados Victor Cruz e Mark Marques (PSD):** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PSD, do PP e do Sr. Deputado José Decq Mota).*



**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

**A minha intervenção é no sentido de aclarar e aflorar algumas das questões que foram aqui levantadas, designadamente, e penso que é público, o facto do PS ir votar contra estas propostas, mas vota contra não por não querer aumentar o complemento de pensão.**

Eu acho que há aqui duas versões distintas, uma que é o complemento de pensão e outra que são as pensões.

O aumento das pensões é da competência do Governo da República e penso que nisso estamos todos de acordo.

Outra questão é o complemento de pensão que visa reduzir os custos de insularidade.

Partindo destes pressupostos chegamos à conclusão que os argumentos apresentados pelo Partido Social Democrata não são válidos, daí que podemos dizer até que se trata de um proposta inconstitucional.

Não vou referir os aumentos, que alguns consideram insignificantes, das pensões a nível nacional, porque eles já foram referidos pelo Sr. Secretário aquando há pouco na sua intervenção, mas queria referir apenas aqui uma questão: a política de solidariedade social não se limita a aumentos de complementos de pensão e quando se fala em medicamentos, eu gostava apenas de lembrar que existe o despacho nº 9 de 97 que versa o seguinte:

“É atribuído a todos os cidadãos residentes na Região Autónoma dos Açores, com idade superior a 65 anos, um apoio financeiro cujo montante deverá possibilitar assegurar um rendimento líquido mensal disponível, per capita, após despesas com aquisição de medicamentos e outros bens e serviços num montante, pelo menos, igual à pensão social em vigor por



cada idoso que constitui o agregado familiar. Esta pensão terá como limite o dobro da pensão social em vigor”.

Portanto, penso que a nível de medicamentos já alguma coisa foi feita para contribuir para o apoio aos idosos.

Ainda voltando ao complemento de pensão também há aqui uma outra questão:

Se este complemento de pensão visa combater os custos de insularidade e como esses custos são os sobrecustos de viver na Região Autónoma dos Açores, gostava de saber se esses custos estão quantificados? Esta é uma questão que eu levanto.

Mas existe ainda uma outra questão que é a seguinte:

Esta remuneração complementar foi criada no início do ano passado, ou seja, em Janeiro de 2000 e nessa altura, como vocês bem disseram, todos concordámos com a taxa de actualização prevista no mesmo diploma.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Do Governo do PS!

**A Oradora:** Eu não disse “do Governo do PS”. Posso ter dito durante o Governo do PS.

Agora, o que é que o Governo do Partido Socialista vai fazer? Vai proporcionar a esses pensionistas um aumento de 6,5%....

**Deputado José Decq Mota (PCP):** 390\$00!

**A Oradora:** ... o que quer dizer que foi criado o complemento de pensão e este mesmo complemento de pensão vai ser aumentado.

A convergência das pensões a cargo do Governo da República também está a ser tratada pelo Governo da República. Houve actualizações que ocorreram no final do ano passado e outras vão ocorrer durante o corrente ano.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** E vocês são o partido da autonomia!





**A Oradora:** Há aqui ainda outras questões.

Eu penso que li qualquer coisa no diários das sessões, aquando do debate da remuneração complementar, em 93, e o Sr. Deputado Joaquim Machado, que agora se está a insurgir, parece-me que nessa altura achava mal essa remuneração complementar.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Não, não acho mal!

**A Oradora:** Não! Então o diário mente. É essa a conclusão a que chegamos.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Vá ver o contexto.

**A Oradora:** Posso fazer esse exercício.

Quando o Sr. Deputado Dionísio de Sousa intervinha, nessa altura disse assim:...

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sra. Deputada, estamos a falar do complemento de pensão.

**A Oradora:** São tudo medidas para reduzir os custos de insularidade, meus caros colegas. Verdade ou mentira?

... “disponíveis por enquanto, Sr. Dionísio de Sousa, está esse Governo Regional e a sua respeitável maioria disposta a revogar tudo o que na região se fez” e o Sr. Deputado, então Subsecretário, que se insurgiu contra estes, dizia assim: “De mal!” Verdade ou mentira?

Posso acrescentar ainda mais umas palavras ditas pelo Sr. Presidente do Governo de então que dizia: “Todo o mal será revogado”.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** E a Sra. Deputada na altura não aplaudia isso?



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

**A Oradora:** O que eu penso é que há, de facto, uma mudança substancial e substantiva, a qual me apraz registar.

Sr. Deputado, permita-me que lhe diga o seguinte: eu apenas fiz esta referência porque reparei que, aliás como já tem sido habitual, se insurgiu contra pequenos pormenores aqui da nossa bancada.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Não retiro nem uma vírgula.

**A Oradora:** Por agora é só.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para uma intervenção.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta minha primeira intervenção pretendo expressar a opinião do Grupo Parlamentar do PCP sobre estas matérias, mas gostaria de começar numa forma um pouco diferente e queria, efectivamente, dar nota de algumas diferenças.

É óbvio, é histórico que o PSD mudou de posição em relação a algumas destas matérias. É um facto histórico. O PSD assumiu isso e é um facto que tem que ser lembrado, mas eu gostava de pôr uma outra questão:

Eu começo a perceber no Grupo Parlamentar do PS...

**Deputado Humberto Melo (PSD):** O contrário.

**O Orador:** ...um bocado a posição antiga, a posição tradicional, a posição oficial assumida pela direcção e a posição dos novos e das novas deputadas. São posições postas com convicção, postas com preocupação, e acompanhados pelo Sr. Deputado Fernando Lopes, mas que diferem da



filosofia que hoje já foi reafirmado aqui pelo Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS e pelo Sr. Secretário Regional Adjunto, que é a filosofia que está no Programa do Governo, de existirem mecanismos de compensação pelos custos da insularidade.

Entretanto, na intervenção da Sra. Deputada e em várias reflexões anteriores, no outro debate, chegámos à conclusão que a nova ala começa a pôr um pouco em causa esta filosofia. Queria chamar a atenção para isto, porque penso que é importante.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** É a ala reformadora!

**O Orador:** Talvez.

Mas, usando da cassete do costume...

*(Risos da Câmara)*

... que nós usamos sobre esta matéria desde que temos representação parlamentar – e o Sr. Deputado Dionísio de Sousa é testemunha disso - nós pensamos que é absolutamente essencial haver mecanismos para compensar os custos da insularidade, tem que ter evolução simultânea e equilibrada para não gerarem mais desequilíbrios e tem que tem evolução minimamente significativa.

Portanto, nós pensamos que nesta legislatura dever-se-á encontrar uma solução adequada do ponto de vista quantitativo, no sentido do complemento de pensão ter uma actualização justa.

Agora, é preciso ter a noção exacta que os 6,5%, que não corresponde sequer ao que está na letra da lei, que o Sr. Secretário anunciou ali, um bocado disfarçado atrás da percentagem, são 390\$00. É um maço de cigarros lights.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Portanto, temos que reconsiderar esta matéria ao longo da legislatura e também fazia parte do entendimento entre os três partidos da oposição que seria matéria a colocar ao Governo, mas gostava de chamar a atenção para um aspecto e que era o seguinte: sobre este assunto conversámos sobre alguns montantes, mas a determinada altura chegou-se a uma conclusão unânime de que não se pode falar de montantes sem que o Governo dê a sua opinião em termos de peso orçamental que isto pode ter e, portanto, queríamos conduzir a negociação de acordo com a informação que o Governo nos desse sobre a possibilidade orçamental e a melhor metodologia é chegar-se onde for possível.

Não apresentámos projecto sobre esta matéria na medida em que já existiam dois e que se chegasse a um consenso, em termos de especialidade, haveria uma opinião final.

Temos o da remuneração complementar, completando assim o ciclo dos instrumentos.

A nossa posição é de votar favoravelmente na generalidade e estávamos totalmente dispostos a contribuir para uma solução equilibrada e para a legislatura, na especialidade.

Não irá acontecer assim, mas irá, com certeza, acontecer nesta legislatura se houver perseverança.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro para uma segunda intervenção.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apesar de ser na figura institucional de segunda intervenção, vou ser breve.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

A minha segunda intervenção decorre dos esclarecimentos pretendidos pela Sra. Deputada Andreia Cardoso.

De qualquer modo, o que eu notei na Sra. Deputada foi que lhe faltava eventualmente alguma eloquência, porque a convicção do que estava dizer era pouca.

A argumentação do voto contra não colhe, não é justa sequer, nem será compreensível, com certeza, para os nossos pensionistas e para os nossos reformados e contraria ainda aquilo que tem sido a promessa do Presidente do Governo e a promessa do Partido Socialista e passo a citar, para que fique registado no diário das sessões, a imprensa que relatava, em plena campanha eleitoral do Partido Socialista, na ilha de Santa Maria, as palavras do Presidente do Governo, então candidato:

“O PS vai continuar a aumentar as pensões”. “Foi a promessa que fiz com a consciência de que vou ganhar as eleições e que tenho que cumprir”. Justificou.

Perante uma promessa destas e confrontado com propostas concretas de aumento do complemento de pensões, não me parece razoável sequer perder mais algum tempo a explicar seja o que for sobre o aumento do complemento de pensões.

A Sra. Deputada confundiu aí o aumento de pensão. O diploma é óbvio, mas isso nem sequer merece discussão.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Não confundi nada!

**O Orador:** De qualquer modo, Sra. Deputada, e ao contrário do que dizia ali o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas, porque não está a conhecer nem podia o que é que eu vou dizer a seguir, exactamente o que não joga na postura do Partido Socialista, em autêntico diálogo surdo e fuga ao diálogo, é aquilo que dizia o Sr Presidente do Governo: “quem se



desresponsabiliza não cumpre e quem não cumpre não tem culpa”. Se é assim, como é que joga com aquilo que também o Sr. Presidente do Governo dizia: “Queremos que as vossas propostas mereçam sempre uma reflexão apurada. Para isso precisamos duma oposição que apresente propostas e não de uma oposição que se limita a votar contra”. A maioria é que se limita a votar contra, porque a oposição apresentou propostas.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD e do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro)*

**O Orador:** Sra. Deputada, ainda o Presidente do Governo aqui nesta Casa e a Sra. também ouviu, sem necessidade de, naturalmente, recorrer ao diário das sessões, dizia isto: “Ao Governo interessará sempre agir bem do que agir por conta própria”.

Quem foge ao diálogo, assume arrogância e quem foge do diálogo para agir por conta própria são o Srs..

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** O Sr. é que está a fugir do assunto.

**O Orador:** É esta a postura do Partido Socialista. É esta a postura, afinal, do Sr. Presidente do Governo acomodado na maioria absoluta que tem neste Parlamento.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Olhe a adjectivação.

**O Orador:** Sr. Deputado Vasco Cordeiro, se está tão preocupado, para si também há qualquer coisa.

Descuidado no que, eventualmente, poderia acontecer hoje aqui e passado muito tempo, o Sr. Deputado afirmava: “O PS aprova iniciativas da oposição”. Porque perde esta oportunidade?

**Deputado Francisco de Sousa (PS):** Já aprovámos.



**O Orador:** Não, tinha que cumprir aqui esta promessa de aumentar as pensões.

Sr. Deputado, o rol de contradições segue, lamentavelmente com prejuízo dos pensionistas e do reformados.

Dizia o Sr. Deputado, em parte das suas argumentações, que o PSD parecia desconhecer que o próprio diploma tinha um artigo para a actualização do complemento de pensão e, portanto, o complemento de pensão seria actualizado nos próprios termos da lei.

Entretanto, hoje, fruto da comunicação do Governo feita aqui pelo Sr. Secretário Francisco Coelho, afinal vai também fazer uma actualização extraordinária. Nota-se, a olhos vistos, que esta comunicação é apressada e vem, a reboque das propostas da oposição,...

*(Aplausos da bancada do PSD e do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro)*

**O Orador:** ...fazer uma proposta dum aumento de 6,5%. Encheu o Sr. Secretário a boca, mas logo ela ficou tão deslavada, mal o Sr. Deputado Decq Mota esclareceu que a proposta do Partido Socialista corresponde a um aumento de 390\$00.

**Deputado Francisco de Sousa (PS):** O vosso ainda é menor!

**O Orador:** É esta a consideração que tem o Governo e o Partido Socialista para com os idosos, para com os reformados.

**Deputado Francisco de Sousa (PS):** É esse o aumento que os Srs. fizeram!

**O Orador:** Sr. Deputado Francisco de Sousa, não lhe quero dar lições de matemática, porque o Sr. foi professor. O nosso aumento que está aqui em



discussão são 2000\$00. Em que aula de matemática o Sr. aprendeu que 390\$00 é menor que 2000\$00? Onde é que fez essa contas, Sr. Deputado? Sr. Deputado, nós estamos a fazer uma proposta de aumento extraordinário. Srs. Deputados, apesar desta balbúrdia a mim não me move aqui a discussão retórica, mas sim um sentido de justiça social e relativamente a este sentido de justiça social a mim o que me preocupa mesmo são os pensionista e os idosos que têm pensões de reforma.

Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, a verdade é que o orçamento suporta este aumento extraordinário do complemento de pensão.

**Secretário Regional Adjunto** (*Francisco Coelho*): Isso é demagogia!

**Deputada Andreia Cardoso** (*PS*): O orçamento suporta tudo!

**Deputada Berta Cabral** (*PSD*): E suporta!

**O Orador**: Eu não quero fazer demagogia...

**Secretário Regional Adjunto** (*Francisco Coelho*): Mas está fazendo!

**O Orador**: ... e reconheço que o Partido Socialista e o Governo também têm consciência social, mas o que é inaceitável é só essa vontade de agir por conta própria. É essa vontade de estar só perante o eleitorado a fazer as propostas e a concretizar os aumentos das pensões.

Por que é que não vieram ao diálogo?

Por que não justificaram as vossas preocupações orçamentais?

Devo-lhe dizer, Sr. Secretário, que se calhar o Sr. olha mais para o “umbigo” orçamental do que propriamente para as necessidades dos pensionistas.

Esta é a nossa diferença, porque até, para ser justo, naturalmente todos terão consciência social, mas os Srs. estão preocupados com esse “umbigo” orçamental e nós estamos preocupados com o bem que politicamente podemos fazer aos nossos pensionistas e reformados.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Tenho dito.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PSD, PP e do Sr. Deputado José Decq Mota)*

**Presidente:** Srs. Deputados, a Mesa tem ainda 8 inscrições e como não surgiu nenhum requerimento, como aquele de há pouco para passarmos à votação, a Mesa aguarda sugestões, porque chegou ao final da nossa hora regimental.

Sugeria que os líderes parlamentares se acercassem aqui da Mesa para resolvermos esta questão.

*(Pausa)*

Srs. Deputados, conforme deliberação da conferência, vamos prosseguir os nossos trabalhos até final e, assim sendo, não se aceitam mais inscrições, conforme ficou acordado na conferência.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

**Deputado Bento Barcelos (PSD):** Prescindo.

**Presidente:** Tem então a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

**Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não prescindi da palavra, mas prometo que não vou ter uma intervenção tão calorosa como algumas das que já foram feitas aqui, até porque não é meu estilo.

Não posso deixar passar dois ou três comentários dirigidos aos intervenientes que fizeram aqui as apresentações.



Ouvi com muita atenção a intervenção feita pelo Deputado Bolieiro e gostaria de lhe dizer que, e como penso que já ficou claro pelas intervenções anteriores e provenientes da bancada do PS, partilhamos a sua preocupação quanto ao bem estar, quanto à qualidade de vida, quanto às necessidades dos idosos.

O único aspecto em que acho de diferimos é na forma de chegarmos a essa qualidade de vida, na forma de chegarmos a essa garantia de como é que o idoso vive e morre com dignidade.

Para a bancada do PSD, e pela proposta que nós vimos aqui, a forma mais rápida de lá chegar é aumentar o complemento de pensão em 2000\$00.

Para nós não é essa a solução pelo menos neste momento. Para nós achamos que a melhor solução será investir em infraestruturas que permitam assegurar a continuidade e o alargamento de prestação de serviços directos ao idoso e em simultâneo de serviços de apoio à família que permita também contribuir para essa melhoria.

Quanto ao “umbigo” orçamental que ouvi aqui referir, só a título de curiosidade, gostaria de salientar ou de partilhar convosco na pesquisa que estive a fazer sobre uma das propostas que foi aqui hoje apresentada, o custo de serviço de Tele-Alarme aos idosos com pensões inferiores a 30 mil escudos, custa sensivelmente 1.500\$00/mês.

Portanto, em termos de “umbigo” orçamental, penso que não haverá assim uma grande diferença entre aquilo que está aqui a ser discutido.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Decq Mota queria apenas expressar o meu acordo quanto à necessidade de medidas que compensem os custos de insularidade. No entanto, gostaria de apelar para que estas medidas de compensação fossem medidas justas e na real proporção destes custos, sob pena de nós colocarmos em causa não só uma, mas um conjunto



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

de medidas que tenham por objectivo precisamente fazer essa compensação.

Quanto à intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, devo confessar que fiquei um bocadinho confusa e para usar a mesma lógica que o Sr. utilizou aqui há bocadinho, chego à conclusão que o Sr. também aprovou coisas que, se calhar, não devia ter aprovado.

Quando estava a falar na vossa proposta relativa à redução das taxas nacionais sobre o imposto sobre o rendimento de pessoas singulares, o Sr. questionou a lógica do PS em ter aprovado a Lei das Finanças Regionais em que havia uma cláusula que permitia a redução até um montante máximo de 30% e achava que isso não era para aplicar, disse o seguinte: “Então porque é que foi que o PS aprovou esta legislação?”

Para usar o mesmo tipo de raciocínio eu ia perguntar-lhe qual é a lógica do PP ter aprovado, no passado ano, um diploma que define o montante de actualização do complemento de reforma, se achava que essa actualização não era suficiente?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Prescindo, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Alguns comentários que me parecem importantes e essenciais acerca deste debate, vivo e certamente interessante.

Em primeiro lugar parece-me que é perfeitamente claro para todos o comportamento coerente, embora também evolutivo, é verdade, tendo até



em conta a evolução da própria sociedade e das suas reivindicações, do Partido Socialista nesta matéria.

Conforme tive oportunidade de dizer, o Partido Socialista propôs que isto fosse evoluindo e que da remuneração complementar para os funcionários públicos se passasse também para a criação dum salário mínimo regional, superior ao salário mínimo nacional e que se abrangesse os pensionistas e os reformados, exactamente porque a justiça social deve-se preocupar com todos e especialmente com aqueles que, por questões físicas, por questões de idade ou até por questões reivindicativas, têm menor força.

Ninguém pode negar a posição coerente, embora evolutiva e mais abrangente, do Partido Socialista e do Governo que o suporta, nesta matéria.

Também ninguém pode, com sinceridade e com verdade, negar que o Governo Regional vai, nesta matéria, cumprir os seus compromissos eleitorais.

Também ninguém pode negar, e as nuvens de fumo aí lançadas não escondem a realidade, que verdadeiramente interessa aos açorianos, interessa aos reformados, aos pensionistas e aos aposentados. Eles vão ter efectivamente aumentos reais importantes em 2001. Vão tê-los, e é importante dizê-lo, por via da legislação nacional, vão tê-los também por via da nossa legislação.

Não me parece, permita-me que lhe diga, Sr. Deputado Decq Mota, nada correcto, nem intelectualmente sério pegar num número e dizer: “O que vocês vão dar é mais 390\$00”.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** É um complemento!

**O Orador:** Sr. Deputado, vou-lhe dizer porquê: Em primeiro lugar porque as contas não podem ser feitas assim. Nós sabemos que a nossa legislação é



indexada e que esse complemento irá adicionar-se a algo, àquilo que resulta a nível nacional.

Para além disso, Sr. Deputado, se fosse para usar essa argumentação eu dizia-lhe, por exemplo: o Sr. Deputado sabe que a proposta de redução do IRS que aqui apresentou e defendeu, tal como as restantes outras duas, quanto é que davam a 25 mil trabalhadores dos Açores? Zero!

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Isso é a remuneração complementar!

**O Orador:** Claro! No entanto, V. Exa. não deixou de a apresentar.

Além do mais há aqui coisas que são fundamentais dizer.

Como dizia o Sr. Deputado Decq Mota a respeito da discussão e da defesa da sua proposta de redução do IRS, nós não somos um Estado e, portanto, é preciso ver, ao nível económico, tudo isto enquadrado sob esta perspectiva.

Também não somos um Estado ao nível das pensões, porque há legislação nacional e há inclusive competências dos órgãos próprios da Região, nomeadamente desta Assembleia, que são claramente delimitados por isso e não há dúvida nenhuma que a esta Assembleia, por mais generosa que possa parecer a intenção, não cabe, não compete deliberar se as pensões, em geral, devem ou não ter o valor do salário mínimo nacional. Isso caberá ao Estado, pelos vistos, fazer de forma gradualista.

A esta Assembleia cabe, efectivamente, compensar os custos de insularidade e nesta matéria devemos dizer claramente que as propostas do PP e do PSD começam por ser inconstitucionais. São inconstitucionais na medida em que esta Assembleia, com aqueles objectivos e de forma genérica, não tem competência para decidir. Aliás, já acaba por ser uma tradição, Sr. Deputado Bolieiro, trazer a esta Câmara, como o famigerado diploma das dívidas das Câmaras, diplomas inconstitucionais.



**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Quantos é que o Governo já trouxe aqui?

**O Orador:** Este também é inconstitucional e levanta-nos uma outra dúvida muito simples, meus Srs., porque se o que está em causa, e compete também a esta Assembleia em termos substantivos, é compensar os custos da insularidade atentemos no seguinte: os três partidos da oposição propuseram e aprovaram os diplomas de compensação dos custos de insularidade que está em vigor. Foi entendimento de V. Exas. que os custos de insularidade, naquela altura, seriam suficientemente compensados deste modo. Foi entendimento de V. Exas. que o aumento anual devia ser aquele que está fixado na lei.

Posto isto, pergunto o que é que aconteceu de extraordinário no último ano que tenha aumentado significativamente os custos de insularidade? Terá sido a taxa de inflação nos Açores que é de 2%, a mais baixa do País?

Terá sido o facto de pela primeira vez os reformados, pensionistas e aposentados receberem complemento de pensão?

É evidente que não houve, sejamos claros e sejamos sinceros, no último ano nenhum aumento extraordinário de custos de insularidade.

Portanto, foram V. Exas. que entenderam que esta era uma forma correcta.

Não há nenhuma razão extraordinária que leve a alterar este critério.

Para além disso gostava também de dizer uma coisa que me parece essencial e é bom que sejamos francos e verdadeiros:

Eu não acredito, Sr. Deputado Bolieiro, nas suas boas intenções e vou-lhe dizer porquê. O Sr. diga-me uma coisa: quando estava no gabinete do Dr. Mota Amaral e o PSD revogou o subsídio de insularidade o Sr. não tinha nada a dizer sobre isto?



Por que é que quando o Sr. estava tão próximo do chefe não lhe disse que era importante fazer estas coisas?

O Sr. Deputado Joaquim Machado, obviamente que vai votar a favor destas propostas, que também pertenceu a esse governo que revogou a única coisa que na altura foi possível, acredita nisto?

Só a partir de agora é que passou a haver velhinhos?

Não havia velhinhos no tempo do PSD? Eles não sentiam necessidades?

Srs. Deputados, o que se passa é outra coisa!

**Deputada Claudia Cardoso (PS):** *Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Deputado Clélio Menezes (PSD):** Acabaram os velhinhos!

**O Orador:** O que passa é que V. Senhorias só pensam nisto por demagogia, porque estão aí. Aliás, o que pensa o PSD sobre estas questões é claríssimo e há dois factos que o provam: por um lado o vosso passado e, por outro, o presente do PSD da Madeira.

Muito obrigado.

**Deputado Bento Barcelos (PSD):** Que miséria!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tomo a palavra para prestar um esclarecimento na sequência da intervenção da Sra. Deputada Andreia Cardoso.

De facto, Sra. Deputada, a sua intervenção deixou-me incomodado, não ao nível do conteúdo, porque esse facilmente se esclarece, mas ao nível da forma.



Não sei se é desejo se é obsessão saber tudo o que eu disse, mesmo há 7 anos, até uma pequena palavrinha.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Francamente! Nem um nem outro!

**O Orador:** Se fosse caso para tanto estaria vaidoso. Se fosse no dia de ontem, talvez, tivesse deixado mais alguém preocupado.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Não. Fique descansado!

**O Orador:** Já que está esclarecida a forma, vamos então à substância.

De facto, nessa altura não só fiz essa observação e o PSD decidiu e bem, porque, de facto, - e era por isso que eu falava do contexto – o PSD defendeu que essa remuneração complementar não tinha a amplitude suficiente da justiça social que se podia obter, como nós já nessa altura defendíamos,...

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Mas não faziam nada!

**O Orador:** ... através do desagramento da carga fiscal e foi isso que nós aqui coerentemente há bocadinho voltamos a praticar.

De facto, nessa altura havia velhinhos, só que parece que depois de Outubro de 2000 os velhinhos desapareceram nesta Região.

Os Srs. contentam-se com mais 390\$00. Nós queríamos dar os 390\$00 e mais 2000\$00.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Os Srs. são muito generosos com o que não têm!

**O Orador:** Os Srs. não querem, mas acabaram de meter num fundo 7 milhões de contos do orçamento.

Mas, vamos a mais:

Já um companheiro meu de bancada teve a oportunidade de citar o Sr. Presidente do Governo, na altura, na sua condição de candidato e dizia em Santa Maria: “O PS vai continuar a aumentar as pensões”. Até aqui podiam





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

deduzir que isto era o PS nacional, o problema é que isto tinha uma proposição e vinha a seguir qual era essa condição: “se ganhar as eleições regionais”.

Srs. Deputados, das duas uma, ou as pensões não são responsabilidade da Região ou então estamos conversados. O Presidente do Governo, na altura Presidente do Partido Socialista não estava na altura, de facto, a falar a verdade ou então estava a falar de complementos de pensões que os Srs. agora aqui não quiseram aumentar.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Não é uma frase tirada do contexto!

**O Orador:** E acrescentava mais uma: o candidato do PS a Presidente do Governo açoriano prometeu aumentar as pensões, caso vença as regionais de 15 de Outubro.

Então, Srs. Deputados, ou ele falava do que não podia ou faltava à verdade. Cá para mim eram as duas coisas.

**Vozes dos deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretário:

Após o exercício de modéstia com que iniciou a sua intervenção o Sr. Deputado Joaquim Machado, eu fico realmente preocupado, porque o Sr. preocupou-se com a fixação que a Deputada Andreia Cardoso teria nas suas declarações, imagino o que não pensará o Presidente do Governo da fixação que o Sr. tem em citar as declarações dele.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Continuava a lhe dizer o que disse.

*(Risos e aplausos das bancadas do PS e do Governo)*



**O Orador:** Voltando à questão das propostas que estão em discussão há dois aspectos que me parecem sobremaneira importantes que sejam esclarecidos e que já por duas ou três vezes, nomeadamente por intervenções do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, se quis aqui fazer passar.

Em primeiro lugar, Sr. Deputado, eu quero reafirmar aquilo que V. Exa., não com fixação nas minhas declarações, citou aí: “O PS está disponível para aprovar propostas da oposição”. Exactamente, agora o problema é que os Srs. consideram que se nós não aprovamos esta proposta já “caiu o Carmo e a Trindade” e já está tudo perdido.

Tenha calma, Sr. Deputado.

Nós estamos disponíveis para aprovar as propostas da oposição, é certo. Nós exercemos e reiteramos tudo aquilo que já foi dito sobre essa matéria, sobre a postura da maioria, mas, Sr. Deputado, humildemente reconheça que não é pelo facto destas propostas serem chumbadas que se porá em causa a postura desta maioria.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Esta é uma oportunidade!

**O Orador:** É uma oportunidade, mas por aquilo que diz o Sr. Deputado Victor Cruz outras virão e aí veremos.

Em segundo lugar, em relação ao aumento das pensões e concretamente ao aumento do complemento de pensão, quero dizer, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, há aqui algo que não bate certo e o que não bate certo aqui é o facto dos Srs. há aproximadamente um ano atrás terem achado que a actualização seria uma e deveria processar-se duma determinada forma e agora põem em causa essa actualização e avançarem com um aumento extraordinário. Portanto, numa das alturas há aqui alguma coisa que falhou..



Se os Srs. consideram que a actualização é de miséria, falharam antes. E é por este motivo que há aqui algo que não bate certo.

Sobre a questão da postura deste Governo, é algo que já foi salientado por diversas intervenções. O Sr. Deputado não avance com esse argumento, porque dá a entender que tem o exclusivo dum sentido de justiça social e da preocupação com os idosos, com os reformados. É algo que fica mal e é algo de que não pode acusar este Governo.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Ele não disse isso!

**O Orador:** A questão é tão simples quando isto: tanta é a preocupação deste Governo com idosos e reformados, tanta é a humildade democrática deste Governo e o respeito que este Governo tem por este Parlamento, que a legislação que foi aprovada anteriormente, contra a vontade do Partido Socialista, mantém-se em vigor e vai ser cumprida.

Isto é bastante elucidativo e contrário àquilo que os Srs. fizeram.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos deputados das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Prescindo, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou começar por uma matéria que já por várias vezes aqui veio à colação e que diz respeito à actualização do complemento de pensão.

Efectivamente aquilo que se passa, em nosso entender, não terá sido tanto um erro do legislador em relação à actualização, mas foi fundamentalmente



o modo injusto como o Governo da República actualizou os vencimentos dos funcionários públicos.

Aquilo que vem no decreto é que o complemento de pensão irá ser actualizado tendo em conta o índice 100 da carreira indiciária da função pública, mas acontece que – e os Srs. Deputados conhecem perfeitamente – quando foi instituída a carreira indiciária da função pública, e está no preâmbulo do decreto nacional, se procurava que a base de aumento fosse o índice 100 por um lado e, por outro, que as actualizações sucessivas do índice 100 da função pública fossem, em termos de justiça, capazes de manter a justiça na função pública.

Acontece que este ano há uma situação diferente: é que enquanto determinados funcionários sobem determinada percentagem – e deve-se à pressão efectuada pelos sindicatos – que é superior àquilo que foi instituído para o índice 100, há um conjunto de funcionários que sobem menos e esse é que é coberto pelo índice 100, ou seja, o índice 100 este ano na função pública não foi actualizado de acordo com a filosofia da institucionalização da carreira indiciária da função pública. Este é um aspecto.

Um outro aspecto é que houve sindicatos que estiveram contra a actualização dos vencimentos da função pública e foram muitos. Quero recordar, por exemplo, que a Frente Comum Sindical da Função Pública, representada pela CGTP, não subscreveu o acordo, esteve sempre contra ele e considerou este acordo absolutamente injusto.

Por isso mesmo quero dizer que se tivesse sido outra a actualização do vencimentos da função pública, ou seja, se a actualização dos vencimentos da função pública tivesse sido justa, talvez fosse mais justa a actualização consignada no Decreto Legislativo Regional 2/2000/A. Este é um aspecto que eu penso que tem a sua importância.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Agora, quero-me regozijar pelo facto do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS e do Sr. Secretário Regional virem dizer que querem modificar esta actualização para melhor. Ainda bem! Já que não quero aumentar o complemento de pensão, pelo menos que a actualização seja um pouco melhor. Agora, os 390\$00 que V. Exas. falam, em nosso entender, é muito pouco mesmo em função da inflação na Região Autónoma dos Açores no ano passado que foi, salvo erro, de 2,2%, segundo as estatísticas. Vamos ver se esse número se mantém no primeiro trimestre deste ano e já estamos quase a chegar lá.

Por outro lado, existe também um outro aspecto que eu gostaria de chamar à atenção.

O Sr. Secretário Regional fala nos aumentos reais das pensões, mas, Sr. Secretário, são duas coisas completamente diferentes, em nosso entender, porque há o aumento de pensões que o Governo da República, mercê de legislação aprovada, vai implementar. É uma justiça para os reformados desta Região, para os reformados de Trás-os-Montes, para os reformados de todo o continente português.

Mas estamos aqui a discutir uma outra coisa que é a diferença de custo de vida existente entre a Região e o Continente. Isto são coisas completamente diferentes e, por um lado, se nós temos que realçar a justiça dos aumentos de pensões a nível deste país, ainda bem e regozijamo-nos também com isso, agora temos que considerar, e é isso que está aqui em discussão, é a diferença do custo de vida em relação à Região e ao Continente.

É com muita mágoa que vejo que no relatório da Comissão a maioria procurou canalizar esta discussão para uma outra coisa que nós já ouvimos falar - e os Srs. Deputados que estão aqui há mais tempo também já ouviram por parte daqueles que não queriam que esta legislação fosse



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

implementada, porque punham em causa inclusivamente a diferença do custo de vida entre a Região e o Continente – e que exigiam que se contabilizasse estes dados.

Aliás, não vamos aqui repetir discussões que houveram na legislatura passada, mas há uma realidade que é a seguinte: o custo de vida nesta Região e o custo de vida no Continente são completamente diferentes e estas medidas só existem, podem e devem existir atendendo ao interesse específico da Região, às nossas condições geográficas, às nossas condições de ilhas e às nossas condições de afastamento. É mercê dessas condições específicas, Srs. Deputados, que estas medidas existem e nós hoje podemos estar aqui a discutir estas propostas.

É evidente que - e isto faz-me lembrar uma discussão que houve aqui no passado em que um deputado, que era jurista, punha em causa a capacidade que nós tínhamos de, por exemplo, fazermos aquilo que fizemos há pouco que foi legislar sobre a criação de um fundo – quando se começa a pôr em causa conquistas que conseguimos na Constituição e no Estatuto, pensamos que estamos a entrar por um caminho que é muito perigoso, que é um caminho que poderá criar dificuldades no futuro e penso que não beneficia aqueles que hoje são governo, nem aqueles que amanhã poderão ser, nem os que estão na oposição, nem a Região Autónoma dos Açores.

Por isso mesmo, não queria deixar passar este momento sem fazer este alerta.

Estamos no fim dos trabalhos e eu inicialmente quando pedi a palavra tinha a intenção de fazer uma intervenção dizendo aquilo que estou a dizer sem polémica, mas às vezes entusiasmo-me e esse entusiasmo pode levar a um tom de voz que leva à polémica e não é esse o meu interesse, mas sim colocar os meus pontos de vista, procurando ser objectivo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Queria ainda fazer o seguinte apelo: era que no futuro as comissões que estudem esta matérias procurem manter a tradição desta Assembleia e aquilo que está consignado, e digo isto porque na última sessão legislativa o Sr. Deputado Dionísio de Sousa falou no estudo que se fazia dos documentos e há pessoas que fazem o estudo dos documentos, mas, de facto, se estes documentos forem organizados separadamente por assuntos, cada matéria por si, acaba por facilitar e o apelo que eu fazia a todas as comissões é que não se tratasse várias matérias em conjunto, mas cada uma separadamente.

Infelizmente, neste momento, tratou-se simultaneamente o complemento de pensão e a redução do IRS que são matérias, em nosso entender, diferentes e que deviam ter sido tratadas em dois relatórios diferentes, ou seja, por um lado o relatório do complemento regional de pensão e, por outro, o relatório sobre a redução do IRS.

Eu não queria que isto merecesse discussão, mas estou disposto a discuti-lo e julgo que esta matéria é perfeitamente clara, porque são, de facto, matérias diferentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estamos no fim desta discussão de hoje, no entanto estou convencido que estas matérias irão continuar em cima das nossas mesas de trabalho durante toda esta legislatura. Esse é o meu desejo, porque penso que isso interessa àqueles, conforme está consignado no preâmbulo da nossa proposta, que vivem com maiores dificuldades na Região Autónoma dos Açores.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:



Eu bem gostaria de esclarecer e responder a todas as questões que os Srs. Deputados, designadamente da bancada do PS, me colocaram, umas mais sérias, outras mais nervosas e uma até deselegante por parte do Sr. Secretário, porque não é assunto de se pôr aqui relativamente à questão da inconstitucionalidade.

Acabei de saber pelo Telejornal que o Sr. Presidente do Governo demonstrou, mesmo na RTP, uma falta de seriedade e de imparcialidade intelectual e perante esta Casa, que é inaceitável e não posso deixar de condenar e aqui denunciar.

Hoje a notícia do Telejornal, depois deste debate, é de que o Governo decidiu aumentar as pensões e as reformas. Esta é a notícia principal do Telejornal. Este debate infirma exactamente esta afirmação.

O que aqui estamos a debater, e hoje em particular, no Parlamento é o chumbo que a maioria do Partido Socialista faz às propostas da oposição, mas o abuso dos tempos de antena para o Governo, como foi hoje o Telejornal, transforma aquilo que não é verdade na verdade oficial do Governo.

Hoje o que aqui assistimos é que para os pensionistas o Governo tem uma proposta de um aumento de 390\$00 e chumbou uma proposta do PSD de 2000\$00.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Esta é que é a verdade, independentemente da consciência, maior ou menor, que o Governo tenha relativamente a esta questão social que eu reconheço. Aliás, já tinha reconhecido na intervenção que tinha feito anteriormente, mas a verdade é que isto é um abuso, não tem nada de democrático, não tem nada de respeito pela pluralidade de opinião, não tem nada de respeito pelo Parlamento, não tem nada de respeito pela verdade.





**Deputado Clélio Meneses (PSD):** O Sr. Carlos César é que disse!

*(Aplausos da bancada do PSD e do Sr. Deputado Paulo Gusmão)*

**O Orador:** A verdade hoje é que assistimos de forma chocante a uma manobra de desviar a verdade do debate, do chumbo que a maioria esmagadora do Partido Socialista quer impor a uma proposta séria dos partidos da oposição, para percorrer sozinho o caminho da solidariedade social e a televisão ajudou...

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Foi o vosso Presidente que o disse!

**Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho):** A Alta Autoridade para a Comunicação Social é que se há-de pronunciar sobre isso.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** O vosso Presidente é que disse!

**O Orador:** ... a que lá fora a opinião pública que vê o telejornal, e parece que são cada vez menos os telespectadores, mas mesmo esses vêem uma inverdade política. Isto é inaceitável. É este o vosso comportamento.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Isso não tem nada a ver com a matéria!

**O Orador:** Portanto, quanto a seriedade, Sr. Secretário, e quanto a comover-se ou não com a minha sinceridade, está tudo dito. O Sr. veio aqui apresentar 390\$00 e manobraram, não sei como, a informação para a opinião pública dizendo que era o Governo que queria aumentar as pensões e que não precisava da oposição para fazê-lo. Isto é inaceitável. Isto não é de maturidade democrática. Isto não é de seriedade intelectual.

Tenho dito.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** É falta de respeito pela Assembleia. É falta de seriedade!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Ele devia estar ali sentado e não está. É uma cobardia!

*(Aplausos da bancada do PSD e do Sr. Deputado Paulo Gusmão)*

**Presidente:** Srs. Deputados, está concluído o debate sobre estes Projectos de Decreto Legislativo Regional. Vamos passar de imediato à votação. Vamos votar na generalidade o Projecto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo PSD, - Revisão do montante do complemento de pensão.

*(Vozes inaudíveis das bancadas do PS e do PSD)*

**Presidente:** Srs. Deputados, façamos um esforço final para que as coisas corram bem, é o que eu vos peço.

Vamos então proceder à votação na generalidade do Projecto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo PSD, - Revisão do montante do complemento de pensão.

*(Vozes inaudíveis das bancadas do PS e do PSD)*

**Presidente:** Srs. Deputados, estamos num processo de votação e é elementar que haja outro comportamento da Câmara, senão é suspensa a votação e os trabalhos.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

**Secretário:** O Projecto de Decreto Legislativo Regional - Revisão do montante do complemento de pensão foi rejeitado, na generalidade, com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 votos a favor do PCP.

**Presidente:** Passamos agora à votação, também na generalidade, do Projecto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo PP, - Revisão do montante do complemento de pensão.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Projecto de Decreto Legislativo Regional - Revisão do montante do complemento de pensão foi rejeitado, na generalidade, com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 votos a favor do PCP.